

UM ESBOÇO DE ANÁLISE SOBRE AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES: RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

Carlos Roberto Soares da Cruz¹

Elenice Parise Foltran²

Resumo: O presente artigo apresenta uma reflexão sobre o papel que o Estado ocupa nas definições das políticas educacionais nos dias atuais, especificamente no que tange à formação de professores. A partir de um levantamento preliminar, elencou-se o programa Residência Pedagógica, como um dos atuais programas desenvolvidos para a melhoria da formação docente. Assim, este texto tem por objetivo apresentar o programa em questão, seus objetivos e sua relação com a política nacional. Como resultados desta análise, foi possível destacar a importância de compreender as relações estabelecidas entre o papel do Estado e o contexto em que as políticas públicas educacionais são implantadas, bem como a necessidade de continuar investindo em políticas para a formação de professores.

Palavras-Chave: Políticas Educacionais. Formação de Professores. Residência Pedagógica.

AN OUTLINE OF ANALYSIS ON TEACHER TRAINING POLICIES: PEDAGOGICAL RESIDENCE

ABSTRACT: This article presents a reflection on the role that the State occupies in the definitions of educational policies in the present day, specifically in what concerns the formation of teachers. Based on a preliminary survey, the Residência Pedagógica program was launched as the current program developed for the improvement of teacher education. Thus, this text aims to present the program in question, its objectives and its relationship with national policy. As a result of this analysis, it was possible to highlight the importance of understanding the relations established between the role of the State and the context in which public educational policies are implemented, as well as the need to continue investing in policies for teacher training.

Keywords: Educational Policies. Teacher training. Pedagogical Residence.

1 INTRODUÇÃO

¹ Graduado em Letras/Português/Inglês na UniSecal, Graduado em Letras/Francês pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, Bacharel em Direito pelo Centro de Ensino Superior de Campos Gerais, Pós-Graduação pelo IBDJ/Cescage. Atualmente, atua como advogado, aluno do Curso em MBA em Gestão de Pessoas na FASF-Faculdade Sagrada Família, professor de Língua Inglesa. Email para contato: carlos.cruz@conafasf.com.br

² Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Professora Adjunta do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Coordenadora do Laboratório Lúdico Pedagógico- LALUPE. Atua como professora nos cursos presenciais e na modalidade a Distância. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação Inclusiva. Email para contato: epfoltran@uepg.br

O presente artigo é resultado das reflexões realizadas nas disciplinas de formação pedagógica durante o Curso de Licenciaturas em Letras. Dessa forma, este artigo busca, oferecer uma análise da relação entre o Estado e as políticas públicas implementadas a partir da década de 90 para a formação de professores, especificamente os atuais programas desenvolvidos em âmbito nacional, destacando Residência Pedagógica.

Para iniciar essa reflexão é necessário entender o que é o Estado e a diferença em relação a Governo, às políticas públicas e sociais. O papel que o Estado assume em função das mudanças sociais e econômicas, o contexto de implantação dos atuais programas de formação docente, bem como a produção acadêmica existente sobre essas políticas.

2 CONCEPÇÃO DE ESTADO

O Estado, sob o ponto de vista estrutural, verifica-se pela sua Administração Direta e Indireta, sejam por secretarias, fundações, autarquias, seja pelo poder Legislativo, Judiciário, Forças Armadas, agentes, servidores, ministros, seja por um local determinado ou aplicação direta dos seus representantes e representados.

Claro que não é apenas uma estrutura física, mas sim, em ações, principalmente, que o Estado se manifesta, bem como por sua autoridade e autonomia, interna e externamente.

Pode-se conceituar o Estado sob várias perspectivas, nuances ou concepções filosóficas. Neste trabalho, utiliza-se a definição apresentada por Hofling (2001, p.31): “Estado como o conjunto de instituições permanentes, como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monopolítico necessariamente, que possibilitam a ação do Governo.”

E Governo, ainda segundo Hofling (2001, p.31),

Como um conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil), propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume desempenha as funções do estado por um determinado período. (HOFLING, 2001, p. 31)

O Estado também altera sua atuação dependendo da concepção de sociedade que está em seu bojo. Conforme salienta Ferreira (2004, p.9),

O Estado molda-se, através dos ditames capitalistas, a interesses que subordinam e modificam seu funcionamento. Não que ele seja apenas um agente passivo de interesses exógenos, visto que sua própria concepção interna é difusa e internaliza atores com toda gama de interesses. No entanto, o papel político e econômico estatal está contextualizado em interesses que transbordam, em muito, sua suposta finalidade inicial. A defesa da nação e de seu povo está, no mínimo, subordinada a um projeto político de interesses privados e específicos, interesses estes imbricados na própria lógica de funcionamento do Estado. (FERREIRA, 2004, p.9)

2.1 O Estado Neoliberal

O chamado Estado Neoliberal surge no momento de crise do modelo desenvolvimentista, ou seja, pela necessidade de rever a sua suposta ineficiência na incorporação de mudanças tecnológicas e de aumento da produtividade. Assim, a implantação do novo modelo (Neoliberal), teria como objetivo sanar essas deficiências.

A concepção neoliberal de sociedade e de estado se inscreve, fez surgir retomada a tradição do liberalismo clássico, dos séculos XVIII e XIX.

Para os neoliberais, as políticas públicas sociais, ações do estado, na tentativa de regular os desequilíbrios gerados pelo desenvolvimento de acumulação capitalista, ameaça, ou seja, coloca em risco os interesses e liberdades individuais ou coletivas, inibindo assim, a escolha e a seleção daquilo que é mais favorável, ou melhor, interferindo na opção daquele que tem uma intenção ou algo diferente do que se tem, se é possível.

A intervenção do estado constituiria uma ameaça aos interesses e liberdades individuais, inibindo a livre iniciativa, a concorrência privada. Uma vez mais, o livre mercado é apontado pelos neoliberais como o grande equalizador das relações entre os indivíduos e das oportunidades na estrutura ocupacional da sociedade.

As teorias neoliberais propõem que o Estado dívida, ou transfira, suas responsabilidades com o setor privado, assim, além de possibilitar às famílias o direito de livre escolha em relação ao tipo de educação desejada para seus filhos, este seria um caminho para estimular a competição entre os serviços oferecidos ao mercado, mantendo-se o padrão de qualidade dos mesmos. (HOFLING, 2001)

O Estado neoliberal é, ao mesmo tempo, centralizado e descentralizado, sua função é limitada à intervenção, tem por papel induzir mudanças, estabelecer parcerias e coordenar iniciativas. É centralizado no que se refere à definição de um currículo mínimo e de um sistema unificado de avaliação; é descentralizado no que diz respeito às diferenças sociais, às desigualdades, e às necessidades específicas de cada região. Em suma, o Estado neoliberal coloca o indivíduo no centro da filosofia social e defende a propriedade privada como sendo direito fundamental do homem. Ao Estado cabe a função regulatória, no sentido de reduzir incertezas e assimetrias de informações e de garantir a produção eficiente e de qualidade. (NASCIMENTO, 1997, p. 63)

Na perspectiva neoliberal, a educação passa a ser uma mera mercadoria oferecida de modo semelhante a qualquer objeto de consumo. Assim, as políticas educacionais são projetadas e implantadas segundo as exigências da produção e do mercado.

Santos e Andrioli (2005, p. 10) apresentam algumas consequências do ideário neoliberal para o sistema educacional brasileiro:

- Menos recursos, por dois motivos principais: a) diminuição da arrecadação (através de isenções, incentivos, sonegação...); b) não aplicação dos recursos e descumprimento de leis;
- Prioridade no Ensino Fundamental, como responsabilidade dos Estados e Municípios (a Educação Infantil é delegada aos municípios);
- Formação menos abrangente e mais profissionalizante;
- Privatização do ensino;
- Aumento de matrículas como jogo de marketing (são feitas apenas mais inscrições, pois não há estrutura efetiva para novas vagas);
- A sociedade civil deve adotar os 'órfãos' do Estado. Se as pessoas não tiverem acesso à escola a culpa é colocada na sociedade que 'não se organizou', isentando, assim, o governo de sua responsabilidade com a educação;
- A autonomia é apenas administrativa. As avaliações, livros didáticos, currículos, programas, conteúdos, cursos de formação, critérios de 'controle' e fiscalização, continuam dirigidos e centralizados. Mas, no que se refere à parte financeira (como infraestrutura, merenda, transporte), passa a ser descentralizada;

- Produtividade e eficiência empresarial (máximo resultado com o menor custo): não interessa o conhecimento crítico;
- Nova linguagem, com a utilização de termos com conotação política neoliberal na educação;
- Mudança do termo 'igualdade social' para 'equidade social', ou seja, não há mais a preocupação com a igualdade como direito de todos, mas somente com a 'amenização' da desigualdade;
- Nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) determinando as competências da Federação, transferindo responsabilidades aos Estados e Municípios;
- Parcerias com a sociedade civil (empresas privadas e organizações sociais). (SANTOS; ANDRIOLI, 2005, p. 10)

Desta maneira, é possível perceber que o modelo atual de Estado está mais preocupado com o "mercado", a demanda de procura, com as políticas voltadas ao capitalismo do que com um Estado voltado a políticas públicas de formação de professores enquanto continuidade e aperfeiçoamento para a melhoria real da Educação Básica.

Assim, a educação fica mais restrita a um campo técnico, ou seja, ao atendimento da necessidade vigente e não à função social e educacional vigente.

Em suma, o Estado Neoliberal não tem como objetivo, olhar para o lado da educação como direito social, assim não se volta para políticas voltadas à formação e à educação, sua continuidade e atualização, defende que as demandas façam com que seja protagonista, em detrimento ao um direito social da coletividade, a individualidade da melhor escolha, frente à coletividade estagnada e comum a todos.

3 O PAPEL DO ESTADO EM RELAÇÃO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas sociais têm em suas raízes nos movimentos populares do século XIX, voltadas a conflitos surgidos entre capital e trabalho, no desenvolvimento das primeiras revoluções industriais. (HOFLING, 2001).

As políticas públicas são compreendidas como as de responsabilidades do estado, quanto à implementação e a manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolve órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da

sociedade relacionada à política implementada. Nesse sentido, políticas públicas não podem ser reduzidas a políticas estatais.

As políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo estado, voltado, a princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando à diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelos desenvolvimentos socioeconômicos. (HOFLING, 2001, p.31)

E ainda, completa a autora em relação às políticas públicas: “Políticas Públicas são entendidas como o estado em ação. (GOBERT, MULLER,1987) É o Estado implantando um projeto de governo através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade”. (HOFLING, 2001, p.31)

Políticas públicas são, nesse sentido, um conjunto de programas, ações, projetos, processos, atitudes com atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, ou seja, a própria Administração Pública, por suas secretarias competentes, fundações, empresas públicas, organizações não governamentais, Ongs com a participação de entes públicos ou privados.

Que visam assegurar determinado direito de cidadania, ou seja, o cidadão tem efetivamente seu direito concretizado, visto, percebido, de forma coletiva ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico, ou seja, para uma sociedade seja ela a mais complexa e diversificada possível.

A sociedade cada vez mais complexa requer ações mais contundentes, por parte do estado e do governo, em pró da melhora do cidadão que age e convive em sociedade, nas diversas camadas, com suas especificidades, direitos e obrigações.

Considerar também o uso no plural, “Políticas Públicas”, é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação. Vargas Velasques (2001, p. 56) define o termo como:

Conjunto de sucessivas iniciativas, decisões e ações do regime político frente a situações socialmente problemáticas e que buscam a resolução das mesmas, ou pelo menos trazê-las a níveis manejáveis (VARGAS VELASQUES, 2001, p. 56)

E ainda complementa dizendo que “a política pública é concebida como o conjunto de ações, projetos, que partem do Estado, com vistas ao atendimento a determinados setores da sociedade civil.” (VARGAS VELASQUES, 2001, p.56).

As políticas podem ser desenvolvidas em parcerias, por convênios, contratos, com organizações não governamentais e, como se verifica mais recentemente, com a iniciativa privada. Normalmente são elaboradas, baseadas em alguns elementos importantes como, por exemplo, a percepção, visão e importância que o governo atribuiu ao problema, a definição de seus objetivos e a configuração do plano de ação.

Assim, o processo de definição de políticas públicas para uma sociedade reflete os conflitos de interesse, os arranjos feitos nas esferas de poder que perpassam as instituições do estado e da sociedade como um todo.

Deubel (2006) destaca ainda que no processo de elaboração das políticas fatores importantes são considerados, por exemplo, a negociação de interlocutores úteis ao seu desenvolvimento (técnicos, patrocinadores, associações da sociedade civil e demais parceiros institucionais), a pesquisa, os projetos de soluções aplicáveis, uma agenda de consultas públicas (que é uma fase importante do processo de legitimação do programa no espaço público democrático), a eleição de opções razoáveis, do senso comum e apto para a concretude da finalidade, a orçamentação e busca de meios, condições ou parceiros para o suporte dos programas, oportunidade em que se fixam os objetivos e as metas de avaliação.

Os atores políticos são as partes envolvidas nos conflitos, porém nem sempre as Políticas Públicas surgem, precedem de conflitos. Elas são, no fundo, um processo, com múltiplos atores sociais. Esses sujeitos ativos, ao atuarem em conjunto após o estabelecimento de um projeto a ser desenvolvido onde estão claras as necessidades e obrigações das partes, chegam a um estágio de harmonia que viabiliza a política pública. (FERREIRA, 2004).

4 A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA

A educação elencada como um dos direitos sociais na Constituição Federal de 1988 e demais normas, precisa ser constituída a partir das relações sociais, debates, congressos, audiências públicas, ou seja, tem relação de sua constitucionalização pelo Estado e sua operacionalização pelas IES (Instituições de Ensino Superior) e agentes educacionais e sua praticabilidade na sociedade, como

uma ação de cunho cultural e educacional, buscando as relações de todos os entes que compõe a sociedade.

O Estado não pode tratar a educação como se fosse um produto a ser comprado, ou melhor, a ser vendido para aqueles que têm um poder aquisitivo maior. A educação não é algo que pode estar à disposição dos agentes, os quais, de certa forma, mercantilizam o conhecimento, tão pouco o Estado pode privatizar de qualquer forma esse direito social.

Se ocorrer de o Estado não ter todas as condições de prover uma educação de qualidade, ele não pode simplesmente transferir sua responsabilidade ou subsidiá-la, não é uma forma correta de agir, pois quem tem a obrigação de oferecer, fiscalizar, manter e transformar a educação é o Estado, pelos seus agentes ministeriais, educacionais, autarquias e demais Instituições de Ensino Superior.

E não só manter uma educação de qualidade, mas sim expandi-la através dos profissionais que trabalham e vivenciam a educação diariamente. A esses profissionais, o Estado precisa permanentemente consolidar políticas de atualizações, inovações, oportunidades, informação e informatização, para que o ensino seja desenvolvido em prol de uma sociedade conhecedora de seus representantes e de seus direitos e deveres.

Em certas situações e contexto o Estado, quando elabora políticas educacionais, acaba definindo e impondo uma maneira de conceber e desenvolver a educação para atingir os objetivos e metas daquele determinado contexto, quer seja, regional, estadual, nacional ou até mesmo global.

Bonetti (2007, p.11) destaca que:

Cada momento histórico produz, no contexto da inter-relação entre produção econômica, cultura e interesses dos grupos dominantes, ideologias a partir das quais verdades relativas tornam-se absolutas. Estas verdades absolutas, construídas ideologicamente em cada formação social, produzem e referenciam as ações institucionais e, em particular, a elaboração e a operacionalização das políticas públicas. (BONETTI, 2007, p. 11).

Seguindo nessa mesma direção, o autor complementa:

A elaboração de uma política pública não é resultado de uma determinação jurídica, fundamentada na lei simplesmente, como se o Estado fosse uma instituição neutra. Por um lado, o Estado não pode ser visto como mera instituição de dominação a serviço da classe dominante, e por outro lado, como a serviço de todos os segmentos sociais. (BONETTI, 2007, p.13).

Muitas vezes essas políticas, ações, projetos não conseguem ser aplicados, dinamizados e compreendidos de uma forma objetiva, seja pela sua complexidade, pela falta de recursos financeiros e materiais, pela falta de formação dos agentes educacionais e de comprometimento da sociedade com tal política, a qual não atende à demanda que a sociedade exige ou se faz necessária.

Assim, espera-se da administração pública que ela considere sua função de atender a sociedade como um todo, não privilegiando os interesses dos grupos detentores do poder econômico, mas deve estabelecer como prioritários programas de ação universalizantes, ou seja, que são para todos os entes que compõe a sociedade e que estão na sociedade, respeitando os objetivos e interesses das políticas públicas, as quais se destinam à incorporação de conquistas sociais pelos grupos e setores desfavorecidos, visando à reversão do desequilíbrio social.

Mais do que oferecer serviços sociais, entre eles a educação, as ações públicas, articuladas com as demandas da sociedade, devem se voltar para a construção de direitos sociais.

Porém, o que se nota no Brasil nos últimos anos é o que Lima (2011, p. 86-94) destaca: “as análises das políticas dos governos Fernando Henrique e Lula da Silva demonstram um processo de prosseguimento de reformas neoliberais na educação no Brasil.”

Desta forma, percebe-se que a educação como política pública nos últimos governos ficou relegada a ações governamentais, como bem enfatiza Oliveira (2011, p. 86-94):

Ao término do governo de FHC a educação brasileira vivenciava um quadro de profusão de programas educacionais e educativos direcionados a públicos focalizados, com políticas temporárias afirmadas mais como políticas de governo que de Estado. A educação nacional se encontrava em uma situação em que faltava sistematização, pois estava fragmentada, segmentada, flexível e dispersa, não contribuindo para estabelecer bases de cooperação e integração entre os entes federados, assim como também entre os indivíduos na sociedade. (OLIVEIRA, 2011, p. 86-94)

Ainda que existisse uma grande quantidade de programas, esses não estavam inter-relacionados, não estavam direcionados e buscando os mesmos objetivos, dessa forma não era a melhor forma de instituir políticas públicas.

5 A CONFIGURAÇÃO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES E OS ATUAIS PROGRAMAS NACIONAIS

Para compreendermos a política de formação docente nos dias atuais faz-se necessário uma retomada aos anos de 1990, período em que as reformas educacionais tomaram espaço e concretude no país.

A reforma educacional proposta estava articulada à reforma do Estado e ao ajuste estrutural da economia, determinações oriundas da política neoliberal em curso na América Latina e Caribe. (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2007).

Segundo Evangelista (2012) naquele momento o Estado brasileiro não apenas subordinou-se às demandas do capital, mas foi parceiro fundamental na proposição de uma política educacional que tivesse em mente a formação para o trabalho simples e para as funções técnicas de nível médio conforme determinação do Banco Mundial.

As reformas educacionais, como a política pública, passaram a ser compreendidas como instrumento usado pelo Estado para manter as bases de funcionamento do sistema de acumulação, o que reforça a tese de regulação social como controle, mas também aponta na direção de ajuste estrutural exigido pelos organismos multilaterais aos países com dívidas externas, como forma de garantir o pagamento delas. (MAUÉS, 2003, p. 95).

Segundo Evangelista (2012, p. 3):

No Governo FHC a formação docente recebeu tratamento especial com a publicação de parâmetros e diretrizes curriculares, mudanças na política do livro didático, implantação de sistema de avaliação em larga escala; o governo também venceu as disputas relativas à LDB, Lei 9394/96 (BRASIL, 1996), e ao Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2001). (EVANGELISTA, 2012, p. 3)

A autora ressalta ainda que, em relação ao papel do Estado no provimento do preparo docente, o governo Lula foi mais pródigo, mas não necessariamente melhor, destacando a criação do PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação) que instituiu no país ações variadas com a intenção de atuar na formação do professor.

O governo organizou 11 programas específicos para formação, cinco para preparo de material de estudo, um programa de estímulo à iniciação à docência no nível superior, três redes, um sistema de formação à distância, uma política de formação articulada a CAPES, um prêmio para professores, um fundo (FUNDEB), um banco de dados internacional, três programas de

formação de profissionais da escola – entre eles o professor – e os programas GESTAR e PRADIME. Além disso, criou a política de editais com financiamento para formação e transformou os Institutos Federais de Educação Tecnológica – IFETs em agência de formação docente (EVANGELISTA, 2012, p. 3).

Assim, percebe-se que o número de programas de formação docente atualmente é expressivo e possui um direcionamento político como questão de Estado.

Dos programas criados optou-se por verificar a implantação e repercussão no campo da produção acadêmica de três deles, a saber: Universidade Aberta do Brasil - UAB, Programa de Consolidação das Licenciaturas – Prodocência e o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid.

Desde 2009 a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) é o órgão no Ministério da Educação que vem apoiando instituições reconhecidas pelo MEC (Ministério da Educação) na oferta de cursos de formação de professores.

Segundo dados do relatório de Gestão 2009-2013 (BRASIL, 2015) A Capes organiza seus programas levando em conta diferentes momentos da formação: (1) a inicial; (2) a continuada e a extensão, (3) a formação comprometida com a pesquisa e (4) a divulgação científica. O programa de apoio a Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores – Life é transversal a todos os demais. (BRASIL, 2015) São apresentados, brevemente a seguir, os programas efetivados pelas políticas públicas de acesso e permanência ao ensino superior.

6 A CONFIGURAÇÃO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES E OS ATUAIS PROGRAMAS NACIONAIS

Para compreendermos a política de formação docente nos dias atuais faz-se necessário uma retomada aos anos de 1990, período em que as reformas educacionais tomaram espaço e concretude no país.

A reforma educacional proposta estava articulada à reforma do Estado e ao ajuste estrutural da economia, determinações oriundas da política neoliberal em curso na América Latina e Caribe. (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2007).

Segundo Evangelista (2012) naquele momento o Estado brasileiro não apenas subordinou-se às demandas do capital, mas foi parceiro fundamental na

proposição de uma política educacional que tivesse em mente a formação para o trabalho simples e para as funções técnicas de nível médio conforme determinação do Banco Mundial.

As reformas educacionais, como a política pública, passaram a ser compreendidas como instrumento usado pelo Estado para manter as bases de funcionamento do sistema de acumulação, o que reforça a tese de regulação social como controle, mas também aponta na direção de ajuste estrutural exigido pelos organismos multilaterais aos países com dívidas externas, como forma de garantir o pagamento delas. (MAUÉS, 2003, p. 95).

Segundo Evangelista (2012, p. 3):

No Governo FHC a formação docente recebeu tratamento especial com a publicação de parâmetros e diretrizes curriculares, mudanças na política do livro didático, implantação de sistema de avaliação em larga escala; o governo também venceu as disputas relativas à LDB, Lei 9394/96 (BRASIL, 1996), e ao Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2001). (EVANGELISTA, 2012, p. 3)

A autora ressalta ainda que, em relação ao papel do Estado no provimento do preparo docente, o governo Lula foi mais pródigo, mas não necessariamente melhor, destacando a criação do PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação) que instituiu no país ações variadas com a intenção de atuar na formação do professor.

O governo organizou 11 programas específicos para formação, cinco para preparo de material de estudo, um programa de estímulo à iniciação à docência no nível superior, três redes, um sistema de formação à distância, uma política de formação articulada a CAPES, um prêmio para professores, um fundo (FUNDEB), um banco de dados internacional, três programas de formação de profissionais da escola – entre eles o professor – e os programas GESTAR e PRADIME. Além disso, criou a política de editais com financiamento para formação e transformou os Institutos Federais de Educação Tecnológica – IFETs em agência de formação docente (EVANGELISTA, 2012, p. 3).

Assim, percebe-se que o número de programas de formação docente atualmente é expressivo e possui um direcionamento político como questão de Estado.

Dos programas criados optou-se por verificar a implantação e repercussão no campo da produção acadêmica de três deles, a saber: Universidade Aberta do

Brasil - UAB, Programa de Consolidação das Licenciaturas – Prodocência e o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid.

Desde 2009 a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) é o órgão no Ministério da Educação que vem apoiando instituições reconhecidas pelo MEC (Ministério da Educação) na oferta de cursos de formação de professores.

Segundo dados do relatório de Gestão 2009-2013 (BRASIL, 2015):

A Capes organiza seus programas levando em conta diferentes momentos da formação: (1) a inicial; (2) a continuada e a extensão, (3) a formação comprometida com a pesquisa e (4) a divulgação científica. O programa de apoio a Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores – Life é transversal a todos os demais. (BRASIL, 2015)

São apresentados, brevemente a seguir, os programas efetivados pelas políticas públicas de acesso e permanência ao ensino superior.

6.1 Programa de Residência Pedagógica

O Programa de Residência Pedagógica é uma das práticas que constituem a Política Nacional de Formação de Professores e tem por propósito atrair o aperfeiçoamento da formação prática nos cursos de licenciatura, possibilitando a inserção do licenciando na escola de educação básica, a partir da segunda metade de seu curso.

Essa inserção deve atentar, entre outras atividades, regência de sala de aula e intervenção pedagógica, conduzida por um professor da escola com experiência na área de ensino do licenciando e direcionada por um docente da sua Instituição Formadora.

A Residência Pedagógica, integrada aos demais programas da Capes constituem a Política Nacional, tem como proposições básicas o entendimento de que a formação de professores nos cursos de licenciatura deve garantir aos seus egressos, capacidades e aptidões que lhes outorguem efetuar um ensino de qualidade nas escolas de educação básica.

Finalidades: Aprimorar a formação dos discentes de cursos de licenciatura, através do desenvolvimento de projetos que consolidam o campo da prática e leve o

licenciando a seguir de forma eficaz a relação entre teoria e prática profissional docente, empregando coleta de dados e diagnóstico a respeito do ensino e a aprendizagem escolar, entre diferentes didáticas e metodologias;

Conduzir a reorganização da formação prática nos cursos de licenciatura, tendo por alicerce a experiência da residência pedagógica;

Estimular, ampliar e asseverar o vínculo entre a IES e a escola, promovendo coesão entre a entidade que desenvolve e a que recebe o egresso da licenciatura e incitando o protagonismo das redes de ensino na formação de professores;

Fomentar a adequação dos currículos e sugestões pedagógicas dos cursos de formação inicial de professores da educação básica às orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Isto posto, há um fascínio cristalino no Programa de Residência de impulsionar a configuração e o tópico das atividades e cautelas sobre o trabalho docente verticalizados em duas ações basicamente, enlevar as ações de estágio relacionadas as aprendizagens dispostas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC); ressaltar atividades práticas, compreendidas como inserção na sala de aula alinhando o feito pedagógico no fazer organizacional estrutural.

Como atua.

As IES serão designadas por meio de Edital público nacional para exibir projetos institucionais de residência pedagógica.

O Programa será expandido em regime de colaboração com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação. Desta Maneira, as Intuições de Ensino Superior participantes terão que metodizar seus projetos Institucionais em diminuta conexão com a proposição pedagógica das redes de ensino que vão receber os seus licenciandos.

O regime de colaboração será efetivado por meio da formalização de Acordo de Cooperação Técnica (ACT) firmado entre o Governo Federal, por meio da Capes e o os estados, por intermédio das secretarias de educação de estado ou órgão equivalente. A participação do governo municipal se efetivará por meio de Termo de Adesão ao ACT, firmado por suas secretarias de educação.

Modalidades de bolsa

No Programa de Residência Pedagógica vão ser ofertadas as seguintes categorias de bolsa:

Residente: para discentes com matrícula vigente em curso de licenciatura que tenham cursado o mínimo de 50% do curso ou que se encontre cursando a partir do 5º período, no valor de R\$400,00 (quatrocentos reais);

Coordenador Institucional: para docente da IES responsável pelo projeto institucional de Residência Pedagógica, no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais);

Docente Orientador: para o docente que conduzirá o estágio dos residentes estabelecendo a associação entre teoria e prática, no valor R\$1.400,00 (um mil e quatrocentos reais);

Preceptor: para o professor da escola de educação básica que conduzirá os residentes na escola-campo, no valor de R\$ 765,00 (setecentos e sessenta e cinco reais).

28/02/2018 Portaria Nº 38, de 28 de fevereiro de 2018 - Concebe o Programa Residência Pedagógica

Primeiramente, o Residência Pedagógica é ligado à formação das disciplinas da Base Nacional Comum Curricular. O roteiro é uma das ações que constituem a Política Nacional de Formação de Professores. Com o escopo de aprimorar a formação efetiva nos cursos de licenciatura, possibilita a entrada do licenciando na escola de educação básica a partir da segunda metade de seu curso.

Aproximadamente 200 instituições de ensino superior já assentaram compromisso de cooperação técnica com a Capes, com o propósito de efetuar as bolsas atribuídas no âmbito dos projetos institucionais. A duração vai até janeiro de 2020.

Residência Pedagógica começa as atividades de 2019

Programa ligado à CAPES e circunda 12 professores(as) da Educação Básica, 96 acadêmicos e seis docentes da UEPG de oito cursos de Licenciatura.

7 A PRODUÇÃO ACADÊMICA REFERENTE AOS ATUAIS PROGRAMAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A produção teórica e empírica sobre formação de professores destaca que há avanços a considerar, mas que eles são ainda modestos quando confrontados com as expectativas em torno das políticas públicas de elevar o nível de desempenho dos alunos dos sistemas educacionais.

Os estados da arte sobre formação docente no Brasil, realizados por André et al. (1999) e André (2004), ilustram o crescente interesse pelo assunto no país. Segundo André (2004), nos anos 1990, a grande maioria das teses e dissertações, 76%, elege como foco a formação inicial no nível médio e superior; 14,8% abordam o tema da formação continuada e 9,2% se debruçam sobre a questão da identidade e da profissionalização docente. (GATTI e BARRETO, 2009, p. 208)

Para contribuir com o Estado da Arte foi realizado um levantamento em relação aos dois programas nacionais abordados neste artigo (Residência pedagógica), a fim de identificarmos se os programas originados das políticas públicas são reais, são existentes e relevantes para os objetivos que foram propostos, ou seja, se os programas conseguem chegar até os sujeitos ativos e melhorar, como um todo, os cursos de licenciaturas. Neste levantamento preliminar realizado no Banco da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), tendo como palavras-chave e de busca “Formação de Professores”, “Políticas Públicas” e cada um dos programas pesquisados “Residência Pedagógica, foram encontradas 3 dissertações defendidas entre os anos de 2014 a 2018, período disponível nos registros. A partir deste levantamento, os trabalhos foram organizados no quadro a seguir e abrangem a formação de professores, aprendizagem, continuidades nos programas, destacando principalmente os resultados encontrados nos estudos

- Programa Residência Pedagógica - UNIFESP: um estudo da inserção profissional à docência por Barbedo, Isabela Djanina, Data de Defesa 2018;
- A inserção profissional do egresso do Programa Residência Pedagógica da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) por Conceição, Carla Patrícia Ferreira, Data de Defesa 2018;
- Estudo sobre o Programa de Residência Pedagógica da UNIFESP: uma aproximação entre Universidade e Escola na formação de professores, por Poladian, Marina Lopes Pedrosa, Data de Defesa 2014.

QUADRO 1- Levantamento de teses e dissertações entre os anos de 2014/18

ITENS	NÍVEL	ANO	TÍTULO	RESULTADO
Nº1	DISSERTAÇÃO	2018	Programa Residência Pedagógica - UNIFESP: um estudo da inserção profissional à docência	Este estudo indica a formulação de novas pesquisas que investiguem aproximações, distanciamentos e contradições do novo programa de apoio à docência anunciado pelo Ministério da Educação – Programa de Residência Pedagógica
Nº2	DISSERTAÇÃO	2018	A inserção profissional do egresso do Programa Residência Pedagógica da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)	Os principais resultados indicam que a professora vivenciou a inserção na docência com poucas dificuldades. O clima da escola e a participação no PRP contribuíram para sua inserção profissional, principalmente em relação à gestão da sala de aula, ao planejamento e à avaliação das atividades pedagógicas
Nº3	DISSERTAÇÃO	2014	Estudo sobre o Programa de Residência Pedagógica da UNIFESP: uma aproximação entre Universidade e Escola na formação de professores	O estudo desta iniciativa pode servir de base para formulação de experiências inovadoras na formação inicial de professores da escola básica

Fonte: elaborado pelo autor

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando o objetivo desse trabalho, que foi o de verificar as relações entre Estado, Governo e as políticas públicas de formação de professores implementadas, bem como identificar a ação dos atuais programas nacionais de formação de professores, primeiramente tentou-se conceituar Estado (Administração Pública Direta e Indireta) e Governo (políticas públicas, nesse trabalho relacionadas com educação), descrever a atuação do Estado Neoliberal vigente, que se aplica ao mercado e à demanda, em detrimento a um Estado voltado para a garantia das políticas públicas e sociais.

Desta atividade verificou-se as diversas maneiras de se implantar as políticas públicas, desde o seu projeto inicial até a sua implementação e aplicabilidade. Por meio deste trabalho constatou-se também que a Educação está legalmente amparada pela Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases de 1996 e regulamentações posteriores, as quais definem os diversos programas do Estado, ou seja, as políticas públicas, voltadas para a área de educação, mais especificamente na área de formação de professores, como Residência Pedagógica.

Foi elaborado um levantamento sobre as produções acadêmicas, no campo de formação de professores, entre Teses e Dissertações para aprofundar e mostrar os resultados já encontrados dessas políticas. Os resultados mostraram que os programas que estão em vigência, nas diversas Universidades por todo o País, são extremamente importantes, sendo necessária a manutenção de sua valorização e atualização pelo governo e pelas Instituições públicas.

De maneira geral, a contribuição desse trabalho foi o de constatar que o Governo fomenta e aplica as políticas públicas, ou seja, ações, projetos e programas, voltados para a área de educação, no que tange a formação de professores. Apesar, de todo o empenho na implantação de tais políticas, ainda se faz necessário que o Estado amplie, atualize, diversifique e prolongue os programas, para que elas sejam ações públicas, contínuas e concretas.

Cabe ainda destacar alguns pontos fortes em relação aos programas verificados: a) há sim trabalhos acadêmicos, acerca dos programas Residência Pedagógica, b) há uma importância relevante aos programas, c) os programas são realizados e os objetivos, mesmo que a médio e longo prazo, são concretizados. E alguns pontos que precisam ser repensados: a) os programas poderiam abranger mais Instituições, mais professores e acadêmicos, b) maior divulgação e ampliação da importância desses programas, c) quanto maior número de instituições, professores e acadêmicos, maiores as oportunidades do crescimento da formação de professores, de programas, conteúdos e de estudantes que serão sujeitos desses programas.

Em se tratando de trabalhos futuros, pode-se focar na formação dos profissionais da área de Letras e o impacto desses programas para os acadêmicos.

REFERÊNCIAS

BONETTI, Lindomar. **Políticas públicas por dentro**. Ijuí. Ed. Ijuí, 2007.

BRASIL. CAPES. Uma síntese sobre Programas de Formação de Professores da Educação Básica. **Relatório de Gestão 2009-2013**. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/program/file/131/documento-programa.pdf>. Acesso em: 15/10/2015.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 23/10/2015.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases. Lei 9394/1996**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 23/10/2015.

BRASIL. **Programas do MEC voltados á formação de Professores**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=15944>. Acesso em: 18/10/2015.

BRASIL. **CAPES: Progama de Residência Pedagógica**: Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/28022018-Portaria_n_38-Institui_RP.pdf <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/programa-residencia-pedagogica>, acesso em: 28/02/2019

BRASIL: **Capes dá início ao pagamento de bolsas da Residência Pedagógica** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/45681>, acesso em 28/02/2019

BRASIL: **BDTD: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações** Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/>, acesso em: 07/03/2019

BRASIL. UEPG: **Residência Pedagógica inicia atividades de 2019** Disponível em: <https://portal.uepg.br/noticias.php?id=14299>, acesso em 28/02/2019

DEUBEL, Andre Noel Roth. **Políticas públicas: formulación, implementación y evaluación**. Bogotá, Colômbia: Ediciones Aurora, 2006. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Pol%C3%ADtica_p%C3%BAblica. Acesso em: 18/10/2015.

EVANGELISTA, Olinda. Políticas públicas educacionais contemporâneas, formação docente e impactos na escola. **XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino - UNICAMP - Campinas – 2012**. Disponível em: http://www.infoteca.inf.br/endipec/smarty/templates/arquivos_template/upload_arquivos/acervo/docs/0005m.pdf. Acesso em: 15/10/2015.

FERREIRA, Mariana Ribeiro Jansen. **O papel do Estado na década de 90: As mudanças e os interesses que mobilizam tais transformações**. (Trabalho de Conclusão de Curso em Economia). Unicamp. Campinas. 2004. Disponível em:

<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=000319911>. Acesso em: 18/10/2015.

GATTI, Bernadete Angelina, BARRETO, Elba Siqueira de Sá. **Professores do Brasil: Impasses e desafio**, Brasília: Unesco, 2009, p.294

HOFLING, Eloisa de Mattos. ESTADO E POLÍTICAS (PÚBLICAS) SOCIAIS **Cadernos CEDES**. Ano XXI, vol.21, no.55. Campinas. Nov. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>. Acesso em: 25/09/2015.

LIMA, Kátia Regina de Souza. **O Banco Mundial e a educação superior brasileira na primeira década do novo século**. R. Katál, Florianópolis, v. 14, n.1, p. 86-94, jan./jun. 2011.

MAUÉS, Olgaíses Cabral. Reformas internacionais da educação e formação de professores. **Caderno de Pesquisa**, Mar 2003, no.118, p.89-118.

NASCIMENTO, Deise Nanci. Da educação e o Projeto Neoliberal: direção da justiça social ou do reinado ilimitado do capital? **Revista Educação**. v.1, n.1, Goiânia: UFG, 1997. p.61-79.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Das políticas de governo à política de estado: Reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 32, n. 115, p. 323-337, abr.-jun. 2011.

SANTOS, Robinson dos; ANDRIOLI, Antônio Inácio. Educação, globalização e neoliberalismo: o debate precisa continuar! **Revista Ibero-Americana de Educação**. nº35/1, 2005. Disponível em: <http://www.rioei.org/deloslectores/905Santos.pdf>. Acesso em: 10/10/2015.

SHIROMA E. O.; MORAES, M. C. M. de; EVANGELISTA, O. **Política educacional**. 4.ed. RJ: Lamparina, 2007.

VARGAS VELASQUEZ, A. V. **Notas sobre el estado y las políticas públicas**. Colombia: Almudena, 2001. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Pol%C3%ADtica_p%C3%BAblica. Acesso em: 18/10/2015.

Recebido em 23/10/2020

Versão corrigida recebida em 31/10/2020

Aceito em 05/12/2020

Publicado online em 22/12/2020